XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

CUIDAR E EDUCAR: PRÁTICAS PARA UM TRABALHO PEDAGÓGICO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sonara Maria Lopes de Oliveira – UEL - irsonaramaria@hotmail.com;
Jaqueline Delgado Paschoal – UEL - jaquelinedelgado@uol.com.br

Eixo 1: Educação e Infância

Resumo
Este estudo tem como objetivo principal discutir a importância da integração entre cuidado e educação no trabalho pedagógico da Educação Infantil. Justifica-se a importância da pesquisa, pois o desconhecimento das especificidades do trabalho pedagógico, nessa etapa da Educação Básica, contribui para equívocos que perpetuam a dicotomia entre uma ação e outra nos momentos que envolvem a rotina nas instituições. Embora, tenha havido o reconhecimento das leis e das políticas públicas sobre o direito da criança à educação de qualidade e o dever do Estado na garantia desse direito, verifica-se um descompasso entre o legislado e o efetivado. Por outro lado, é importante ressaltar que as ações de cuidar e educar contribuem para a ampliação do repertório de aprendizagem das crianças, sobretudo quando expostas em situações de interação social. Como metodologia, optamos pela pesquisa bibliográfica, na modalidade: análise documental. Os resultados evidenciam que, embora a legislação tenha avançado no que se refere a educação de crianças de zero a cinco anos de idade, muitos são os desafios para a conquista da educação de qualidade. Desse modo a formação dos professores se faz necessária para a concretização de práticas mais humanizadoras, que promovam o desenvolvimento integral da criança, sobretudo no que tange ao desenvolvimento de suas diferentes linguagens no cotidiano da Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil; Cuidar e Educar; Práticas.

Introdução

A partir da década de 1990, verificamos um significativo avanço da legislação e das políticas públicas, no que diz respeito à educação e aos direitos da criança na sociedade. Isso porque, a Constituição Federal (1988) determinou o dever do Estado em oferecer educação em creches e pré-escolas para todas as crianças de zero a cinco anos de idade. Na sequência, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), determinou que a sociedade deve garantir às crianças as oportunidades de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 1990) e a

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), definiu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica.

Com a promulgação da LDB (1996), a Educação Infantil passou a ser de responsabilidade do setor educacional, com a finalidade de "promover o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade" (BRASIL, 1996). Para isso, esta etapa educacional deve pautar-se na indissociabilidade entre o cuidado e a educação, considerando as crianças em sua totalidade, observando suas especificidades, as diferenças entre elas e sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar, segundo o documento Política Nacional de Educação Infantil (BRASIL, 2006).

Entretanto, sabe-se que, do ponto de vista histórico, a dicotomia entre o cuidar e o educar foi um embate enfrentado pelas instituições de atendimento às crianças de 0 a 5 anos, tendo, de um lado o princípio assistencialista, no qual se priorizavam os cuidados de higiene, descanso e alimentação, e de outro lado o princípio da educação compensatória, na qual se privilegiavam as práticas escolarizantes, próprias do Ensino Fundamental.

Embora as leis tenham avançado e os documentos oficiais orientem que cuidar e educar são atividades indissociáveis, antigas concepções ainda não foram totalmente superadas, pois "quando se analisa o cotidiano de inúmeras instituições, verifica-se a existência de um descompasso entre as conquistas legais e teóricas e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições educativas que atendem crianças de 0 a 6 anos de idade" (ASSIS, 2006, p.90). Do ponto de vista prático, a falta de conhecimento sobre as especificidades do trabalho pedagógico nesse nível de ensino, resulta ainda, em alguns casos, em práticas fragmentadas, nas quais as atividades relacionadas aos cuidados da criança são consideradas menos importantes, enquanto que a educação é reduzida a práticas escolarizantes e antecipatórias.

Sendo assim, esse estudo tem como objetivo principal, discutir a importância da integração entre cuidado e educação nos momentos que envolvem a rotina na Educação Infantil. Justifica-se a importância da pesquisa, pois considera-se que o cuidado é tão importante quanto a educação, e ambas

as ações são inerentes ao trabalho do professor. Como contribuição, esse estudo pretende ampliar o debate acerca da necessária formação inicial e continuada dos professores, a fim de que tenham maior clareza da indissociabilidade do cuidar e educar no trabalho pedagógico da Educação Infantil.

Metodologia

Como metodologia optamos pela pesquisa bibliográfica na modalidade: análise documental. Segundo Lakatos e Marconi (1991) a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador conhecer a perspectiva de autores, que também se debruçaram sobre a temática em questão e contribuir para a formação tanto pessoal, quanto social dos envolvidos.

Nessa perspectiva, Miguel (2006, p. 2) enfatiza que o trato com as fontes se inicia não só pelo levantamento das mesmas, mas mediante a leitura atenta dos documentos que vão ao encontro do objeto de pesquisa, ou seja, “a busca da legislação, os documentos orientadores e sua seleção e leitura rigorosa levam, também, à identificação de outras indagações que se colocam para os pesquisadores”. Para tanto, foram pesquisados os seguintes autores: Assis (2006); Paschoal e Machado (2009); Fernandes (2016) e Bujes (2001), assim como leis e documentos oficiais a saber: Constituição Federal (1988); Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); Política Nacional para a Educação Infantil (2006) e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (2013).

Resultados e Discussão

No Brasil, as primeiras instituições de atendimento à criança, foram iniciativas filantrópicas e caritativas, motivadas pela preocupação com a mortalidade infantil, a pobreza e a desnutrição. Nessa proposta, o serviço prestado era de caráter estritamente assistencialista, pois as instituições se preocupavam em oferecer às crianças, especificamente às de classes menos

favorecidas, os cuidados básicos referentes à higiene, saúde, alimentação e segurança, muitas vezes, substituindo a função da família.

De acordo com Paschoal e Machado (2009), com o fenômeno da industrialização e a inclusão da mulher no mercado de trabalho, essa concepção inicial sofreu mudanças, uma vez que os movimentos operários passaram a pleitear locais de atendimento e cuidado para seus filhos. No entanto, as instituições que surgiram baseavam sua prática no movimento da teoria da privação cultural, que "considerava que o atendimento à criança pequena, fora do lar, possibilitaria a superação das precárias condições sociais a que ela estava sujeita. Era a defesa de uma educação compensatória" (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p.84).

A educação compensatória entendia que "a pré-escola traria melhor desempenho na escola de 1º grau, não por sua proposta de desenvolvimento integral das crianças, mas por compensar as carências culturais e físicas das crianças pobres", segundo Fernandes (2016, p. 49). Nessa concepção, a estimulação precoce e a preparação para a alfabetização das crianças eram consideradas como formas de se superar o fracasso educacional no país e contribuir para uma mudança no sistema educacional e até econômico do Brasil (FERNANDES, 2016).

Esse cenário começa se modificar com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que determina, em seu artigo 208, inciso IV, o dever do Estado em oferecer educação mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas para todas as crianças, independentemente de sua condição social e econômica (BRASIL, 1998). Em consonância com essa lei, no ano de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90, assegurou que as crianças e os adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e a eles devem ser possibilitados oportunidades para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 1990).

Na sequência, no ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, definiu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, o que viabilizou que esta passasse a integrar a política nacional de educação. Em seu artigo 29, a LDB (1996) afirma que a finalidade

principal da Educação Infantil é “promover o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade” (BRASIL, 1996). A partir de então, essas instituições se consolidaram como espaços de formação que integram os cuidados e a educação nos momentos que envolvem a rotina na instituição.

Para Bujes (2001), a indissociabilidade das ações de cuidar e educar são fundamentais para na caracterização do trabalho pedagógico desenvolvido com crianças pequenas, uma vez que essa concepção de Educação Infantil “vai ter consequências profundas na organização das experiências que ocorrem nas creches e pré-escolas, dando a elas características que vão marcar sua identidade como instituições que são diferentes da família, mas também da escola” (BUJES, 2001, p.17).

Em uma proposta que integra cuidado e educação, atividades relacionadas a higiene, alimentação e saúde das crianças, deixam de ser consideradas apenas como necessárias, porém menos importantes, e passam a ser eixo para novas experiências e aprendizagens. Sobre isso, o documento: Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (2013), salienta que atividades como alimentar-se, tomar banho, trocar fraldas, vestir-se, dizem respeito não apenas ao direito da criança de ser bem atendida nesses aspectos, mas considera que,

> são também práticas que respeitam e atendem ao direito da criança de apropriar-se, por meio de experiências corporais, dos modos estabelecidos culturalmente de alimentação e promoção de saúde, de relação com o próprio corpo e consigo mesma, mediada pelas professoras e professores, que intencionalmente planejam e cuidam da organização dessas práticas. (BRASIL, 2013, p. 89)

O mesmo documento (BRASIL, 2013) explica que a dimensão do cuidado está intrinsecamente ligada ao educar quando esse permite à criança a exploração e conhecimento de si mesma, do próprio corpo e do ambiente, por meio de observações, manipulações, questionamentos. O importante é que sejam oferecidas à criança, condições de construir sentidos e significados pessoais e coletivos e de se constituir como sujeitos por meio da

apropriação das formas culturais de agir, sentir e pensar, visto que “educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis” (BRASIL, 2013, p.89).

Para tal organização é importante que o professor tenha a sensibilidade e delicadeza no trato de cada criança, e esteja atento às suas necessidades, mas também às suas curiosidades e descobertas. Nesse sentido, é importante que as instituições de Educação Infantil considerem, além da integração do cuidado e educação, aspectos como: uma proposta pedagógica e curricular como plano orientador; rotina planejada e que integre cuidados e educação; estrutura física, materiais e equipamentos adequados; e profissionais qualificados.

Assim, é fundamental que os professores compreendam a importância de práticas que considerem o desenvolvimento integral da criança, de modo a não fragmentá-la nas suas possibilidades de experimentar e compreender o mundo. Além disso é necessário que as ações de cuidado sejam valorizadas pelos professores como importantes formas de exploração, de desenvolvimento da autonomia e de conhecimento da cultura construída por seu grupo, sua comunidade e pela humanidade.

É nesse contexto que reside a importância de uma sólida formação inicial, de oportunidades de formação continuada e valorização profissional, já que estas devem assegurar ao professor as “condições para refletir sobre sua prática docente cotidiana e tomar decisões sobre as melhores formas de mediar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, considerando o coletivo de crianças assim como suas singularidades” (BRASIL, 2013, p.91). Além da formação, torna-se sempre mais urgente o reconhecimento e a valorização profissional dos professores de Educação Infantil diante da sociedade, a fim de que esse esteja apto a desenvolver um trabalho de qualidade que respeite a infância e as especificidades dessa etapa educacional.

Conclusões

Ao analisar o percurso histórico da Educação Infantil no Brasil e suas conquistas nas últimas décadas, em termos de legislação e regulamentação, podemos constatar muitos avanços, no que se refere ao direito da criança a educação desde o nascimento, bem como na compreensão das especificidades do trabalho pedagógico com as crianças de zero a cinco anos de idade. Nesse ínterim, a indissociabilidade do cuidar e educar, é apontada pelos documentos oficiais como eixo para o trabalho pedagógico, considerando uma educação integral e não fragmentada.

Assim, é necessário superar a ideia de uma prática que separa o cuidar e o educar, a fim de investir em propostas que integrem tais ações, de modo que estas contribuam para o enriquecimento das descobertas, experiências, aprendizagens e desenvolvimento das crianças pequenas. Para tal intento, considera-se fundamental a sólida formação inicial dos professores, bem como a formação continuada e em contexto, a fim que eles sejam os promotores e agentes da educação integral, que cuide e educa por meio de ações intencionais e planejadas para o melhor desenvolvimento das crianças.

Referências

ASSIS, Muriane Sirlene Silva de. Práticas de cuidado e de educação na instituição de educação infantil: o olhar das professoras. In. ANGOTTI, M (org.). **Educação Infantil:** para que, para quem e por quê?. Campinas: Alínea, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, D.F: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, D.F, 13 jul. 1990.

_____. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, D.F, 20 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, D.F MEC, SEB, 2006.

_____ . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, 2013.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola infantil: pra que te quero?. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (org.). **Educação Infantil:** pra que te quero?. Porto Alegre: Artmed, 2001. p.13-22.

FERNANDES, Cinthia Votto. Desatando nós... os fios que tecem o percurso da pré-escola no Brasil: da liberdade de escolha à obrigatoriedade de frequência. **Textura**, Canoas, v. 18, n. 36, jan./abr. 2016. Disponível em: http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/1620/1453. Acesso em: 26 abr. 2019.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MIGUEL, Maria Elena Bastos. **A Legislação Educacional**: Uma das Fontes de Estudo Para a história da Educação Brasileira, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_072.html. Acesso em: 5 setembro, 2019.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 9, n.33, p.78-95, mar. 2009. Disponível: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555/7124. Acesso em: 26 abr. 2019.